PERIÓDICUS
ISSN: 2358-0844
n. 21, v. 2
jan-jul.2025
p. 211-237

Pânico moral: revisão da literatura de discursos políticos acerca da sexualidade

(Moral panic: literature review of political discourses around sexuality)

(Pánico moral: revisión de la literatura sobre discursos políticos sobre sexualidad)

Yasmin Xavier dos Reis[1]
Juliana Peruchi[2]

RESUMO: Este artigo é parte integrante de uma pesquisa de mestrado, na qual se propôs à análise de discursos políticos em torno dos usos dissidentes dos prazeres e sua influência nas políticas públicas no Brasil entre 2018 e 2022. Portanto, esta é uma revisão que teve como objetivo verificar quais investigações acadêmicas já foram realizadas em torno do tema e embasar, cientificamente, as discussões da dissertação. Para a presente revisão, doze artigos foram selecionados e analisados a partir das lentes de Michel Foucault. Os resultados encontrados apontaram para a extrema polarização da política brasileira nos últimos anos, em que os discursos em torno do uso do corpo e dos prazeres se manteve central, facilitando o fortalecimento de um ambiente de pânico moral. Nestas condições, os discursos de políticos da direita conservadora, com o apoio da família tradicional, contribuem para o ciclo de exclusão e dificultam o acesso dos corpos dissidentes aos direitos sociais básicos.
PALAVRAS-CHAVE: discursos políticos; sexobiopoder; kit gay; análise do discurso.

Abstract: This article is part of a master's degree research, which aimed to analyze political discourses around the dissident uses of pleasures and their influence on public policies in Brazil between 2018 and 2022. Therefore, this is a review, which aimed to check which academic investigations have already been carried out on the topic and scientifically support the dissertation discussions. For the present review, 12 articles were selected and analyzed from the lens of Michel Foucault. The results found pointed to the extreme polarization of Brazilian politics in recent years, in which discourses surrounding the use of the body and pleasures remained central, facilitating the strengthening of an environment of moral panic. Under these conditions, the speeches of conservative right-wing politicians, with the support of the traditional family, contribute to the cycle of exclusion and make it difficult for dissident bodies to access basic social rights.
Keywords: political speeches; sexbiopower; gay kit; speech analysis.

Resumen: Este artículo es parte integral de una investigación de maestría, que tuvo como objetivo analizar los discursos políticos en torno a los usos disidentes de los placeres y su influencia en las políticas públicas en Brasil entre 2018 y 2022. Por tanto, se trata de una revisión, que tuvo como objetivo es verificar qué investigaciones académicas ya se han realizado sobre el tema y sustentar científicamente las discusiones de tesis. Para la presente revisión, se seleccionaron y analizaron 12 artículos desde la perspectiva de Michel Foucault. Los resultados encontrados apuntaron a la extrema polarización de la política brasileña en los últimos años, en la que los discursos en torno al uso del cuerpo y los placeres siguieron siendo centrales, facilitando el fortalecimiento de un ambiente de pánico moral. En estas condiciones, los discursos de los políticos conservadores de derecha, con el apoyo de la familia tradicional, contribuyen al ciclo de exclusión y dificultan el acceso de los organismos disidentes a derechos sociales básicos.
Palabras clave: discursos políticos; sexobiopoder; equipo gay; análisis del discurso.

1 Fisioterapeuta pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestra e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora na área de Processos Psicossociais e Saúde, sob orientação da Prof. Dra. Juliana Peruchi. Pós graduada em Fisioterapia Pélvica pela Ciclos Ensino, Pós graduada em Sexualidade humana pela CBI of Miami, Doula e atuante na fisioterapia pélvica em Juiz de Fora. Email: yasminxreis@gmail.com
2 Psicóloga de formação e professora adjunta IV do Departamento de Psicologia da UFJF e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da mesma universidade. Trabalha com ensino, pesquisa e extensão nas áreas de psicologia social, saúde coletiva, direitos humanos e direitos sexuais e reprodutivos, saúde sexual e sexualidade, políticas públicas. Email: jperucchi@gmail.com

Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 31/11/2023
Aceito em 24/10/2024

1 Introdução

Os discursos, segundo Michel Foucault (2004), são muito mais do que palavras ditas ou escritas, mas uma rede de enunciados e signos que compõem um sistema em constante movimento. Em cada sociedade, em cada cultura, a cada grupo social, existem discursos que exprimem quais verdades são concebidas pelos atores envolvidos. Por conseguinte, existe uma exímia relação entre o discurso, quem o produz, e o quem o recebe.

Por sua característica dinâmica, os discursos perpassam a coletividade de forma a exprimirem a cultura, a história, a religião e os valores de cada tempo e local. A partir da correta observação dos discursos, é possível que o analisador perceba quais são as crenças daquele grupo, e como os discursos são utilizados para retroalimentar a cadeia de produção de verdade (Foucault, 2004).

Dentro do ambiente controlado da escola tradicional, por exemplo, os discursos são disseminados com a intenção de manter a hierarquia dentro daquele microssistema, incentivar um regime de produtividade tão inquestionável quanto universalizante, e permitir uma doutrinação individual a partir de sistemas de punição e recompensa (Louro, 2013). Se analisada de forma ampla, a instituição escola é um exemplo, em pequena escala, da grande cadeia discursiva que controla o fluxo de pensamentos e produtos em toda a sociedade contemporânea (Bento, 2011).

Não obstante, é por este motivo que os temas relacionados à sexualidade e aos usos dos corpos e prazeres são tão regulados dentro das escolas. Sendo esta instituição uma “escola da vida”, é preciso que se regule de pequeno o que se faz e o que se fala, para que sejam entregues ao mundo adultos disciplinados e que não questionem as (in)verdades universalizantes. A escola não ensina a criar, e não se aprende a questionar a falibilidade dos fatos (Butler, 2003; Butler, 2019).

O que se aprende, tradicionalmente e sem maiores questionamentos, é que existe uma ordem sexual natural, na qual homens e mulheres geneticamente determinados se encontram. Assim, o senso comum foi se ancorando em uma perspectiva simplista da biologia acerca da reprodução, que reduz e restringe os gêneros à genética de modo a estabelecer uma determinada veracidade do gênero. Estranho é conceber que, no Brasil da “terra plana”, tanto valor tenha sido atribuído à “ciência” quando esta serve para uma suposta proteção da população perante alguma “imoralidade” (Maranhão Filho, 2018).

Cisheteronormatividade é termo utilizado para definir esta demarcação histórica de quais corpos e afetos são considerados normais, e demarcar o limite a partir do qual a normalidade dá lugar à dissidência (Rosa, 2020). O contexto capitalista das sociedades Ocidentais do século XXI é marcada por um processo de intensa delimitação da propriedade privada, e o corpo, a muito

colonizado, também passa por processos de territorialização (Lugones, 2014).

Tal demarcação cisheteronormativa coloca os indivíduos LGBTQIA+ em um *status* de inferioridade, estratificando seus corpos enquanto doentes, e seus afetos pecaminosos. Estes são colocados em posição de abjeção, em que a própria humanidade lhes é negada. Corpos abjetos estão sujeitos a todo tipo de violação, seja por meio da associação deste com o pecado, a doença ou o crime. Práticas como o estupro corretivo e o espancamento podem ganhar mídia como atos inadmissíveis, mas o fato é que esses são fruto de um contexto muito mais sutil (e infinitamente mais enraizado) de negação de direitos básicos e violências institucionais invisíveis, embora estes não ganhem mídia (Butler, 2019).

A política, enquanto dispositivo definidor da lei e dos enunciados de verdade, é responsável pela perpetuação dessas categorias e, consequentemente, para a validação de todo um sistema que viola os corpos dissidentes. No Brasil, esta produção teve seus primórdios na domesticação dos povos naturais do país pelos ditos "povos civilizadores", e desde então vem utilizando a sexualidade e o gênero como discursos potentes para a perpetuação dos valores moralistas e segregacionistas (Katz, 1995; Lugones, 2014). Se nas últimas décadas, algumas leis e políticas públicas foram desenvolvidas pelos governos de esquerda, na tentativa de reduzir a desigualdade, esta encontrou resistência pelos setores mais conservadores, notadamente representada por religiosos e políticos da direita tradicionalista. Esta resistência deu espaço para onda conservadora que ocupa espaço no cenário político atual, e culminou no desmantelamento das políticas pelas minorias, na piora dos indicadores de violência e no fascismo velado (Carrara, 2012; Sierra, 2019).

Nesse sentido, se faz necessária a interpretação dos discursos políticos atuais, para a melhor compreensão de como estes estão dispostos na situação social-ideológica do país, articulando enunciados ligados à sexualidade para criar um pânico moral, acarretando prejuízos diretos dos corpos e vivências dissidentes. Portanto, este trabalho se propõe a revisar artigos que fizeram exatamente este movimento analítico, e se propõem a utilizar os resultados aqui descritos como substrato para novas análises discursivas.

2 Objetivos

O presente artigo compõe a segunda parte dissertativa de uma pesquisa de mestrado, que buscou analisar os discursos em torno dos usos dissidentes dos prazeres e as políticas públicas em saúde e direitos humanos no Brasil entre 2018 e 2022[3], contemplando o período entre início

3 Que compreende o período estre as eleições de 2018 até os dias atuais, segundo definido no projeto no qual este artigo está inserido.

do processo eleitoral de 2018, até a data imediatamente anterior ao início do processo eleitoral de 2022. Para a produção desta pesquisa, foi realizada, inicialmente, uma compilação dos principais estudos que realizaram análises do discurso de discursos políticos, sendo essas apresentadas neste artigo na forma de uma revisão bibliográfica.

Portanto, de forma a verificar quais investigações acadêmicas já foram realizadas em torno do tema, bem como embasar cientificamente as discussões, o presente artigo possui como objetivo revisar as produções acadêmicas realizadas entre 2018 e 2022 que se dispuseram a fazer análises semelhantes. Para tal, foi de interesse dos pesquisadores, nesta revisão, investigar a existência de elementos comuns nos discursos políticos acerca dos usos dissidentes dos prazeres; averiguar as distintas concepções de gênero e orientação sexual presentes nos discursos; verificar a existência de ideologias e termos em comum nos diferentes enunciados; refletir a respeito da influência da religião da concepção dos discursos; além de investigar a existência de enunciados em comum entre os discursos de políticos e jurídico.

3 Metodologia

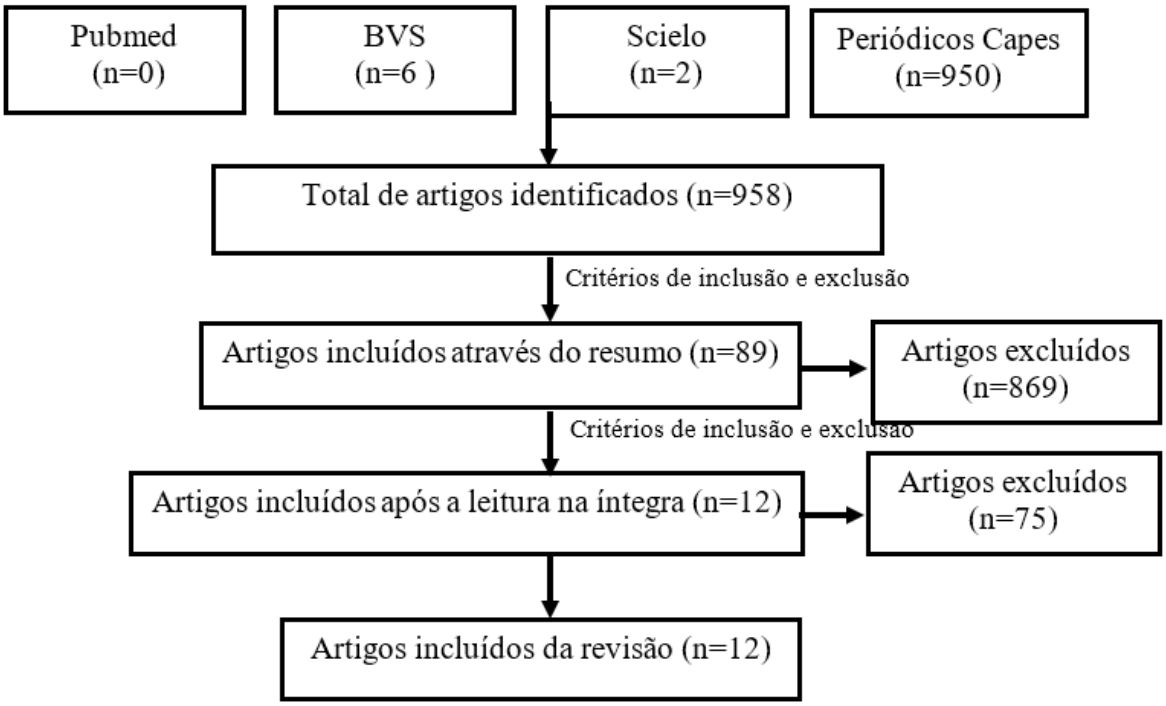
Para a construção desta revisão bibliográfica, foram realizadas pesquisas com os seguintes descritores de busca: (sexualidade OR identidade de gênero OR normas de gênero) AND (discurso OR discursos políticos) AND (política de saúde) e com os descritores (sexualidade OR identidade de gênero OR normas de gênero AND ideologia de gênero), a fim de construir um arquivo teórico para a pesquisa. As buscas foram realizadas nas bases de dados: *Pubmed*, BVS (Biblioteca Virtual e Saúde), *Scielo* e Periódicos Capes, utilizando como filtro de busca artigos em português publicados em periódicos revisados em pares, e com o ano de publicação entre 2018 e 2022.

Foram encontrados os seguintes resultados: BVS com 6 artigos, Scielo com 2 artigos, Periódicos Capes com 950 artigos, *Pubmed* sem resultados, totalizando assim 958 resultados.

Uma leitura inicial dos resumos dos artigos encontrados possibilitou a inclusão de 89 artigos, que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: (a) incluíram em sua metodologia a análise de discursos políticos; (b) incluíram como pauta de análise temas relacionados ao gênero e à sexualidade; (c) foram produzidos no período entre 2018 a 2022.

Dos artigos selecionados pelo resumo, somente doze entraram na análise após a sua leitura na íntegra, pois atenderam aos seguintes critérios de inclusão: (a) compõem em sua metodologia a análise de discursos políticos acerca de gênero e sexualidade; (b) analisam discursos proferidos em qualquer período, por políticos brasileiros e de relevância nacional.

Figura 1: Fluxograma do processo de seleção dos artigos incluídos na revisão



Fonte: elaborado pela autora

Entre os doze artigos que compõem esta revisão de literatura, dez realizaram a análise de discursos políticos acerca dos corpos e identidades dissidentes, enquanto dois realizaram a análise de discursos jurídicos, atrelados à cena política do país, e, portanto, foram contemplados na análise em função de sua importância.

Seguindo as orientações de Michael Foucault (2008), a revisão foi realizada por meio da análise do discurso que, enquanto técnica de leitura e interpretação dos documentos, permite uma compreensão mais profunda dos textos, considerando os aspectos sociais e históricos em que foram desenvolvidos.

4 Resultados e discussão

Os artigos revisados por esta produção se propuseram a realizar análise de discurso de enunciados políticos e jurídicos a respeito da comunidade LGBTQIA+. A partir da leitura e análise dos estudos sucedeu-se a emergência de quatro subcategorias de análise que, em maior ou menor proporção, passaram os discursos analisados em todos os artigos: o conflito entre a cisheteronormatividade e a dissidência; os discursos políticos produzindo subjetividades; o perfil dos atores políticos; o poder judiciário e a jurisprudência.

A tabela 1 apresenta os dados descritivos dos artigos que integram esta revisão.

Tabela 1: Dados descritivos dos artigos

Título	Autores	Ano	Periódico	Revista	Metodologia desenvolvida
"Em defesa das crianças e da família": Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos "conservadores" em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade.	Vanessa Leite	2019	Capes	Sexualidad, Salud y Sociedad	Estudo teórico-reflexivo de discursos políticos em torno da "ideologia de gênero".
'Ideologia de gênero' e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo.	Priscila Freire	2018	Capes	Ex Aequo	Análise crítica feminista da manipulação do discurso "ideologia de gênero" em torno da aprovação da Base Nacional Comum Curricular no Brasil.
Retificando o gênero ou ratificando a norma?	Tuanny Soeiro Sousa	2019	Capes	Rev. direito GV	Análise de discursos judiciais referentes às demandas de retificação de nome e sexo no registro civil.
Identidade e diversidade no contexto brasileiro: uma análise da parceria entre Estado e movimentos sociais LGBT de 2002 a 2015.	Jamil Cabral Sierra	2019	Capes	Revista do Programa de Pós-graduação em História de UFRGS	Análise discursivo de políticas públicas e discursos para a população LGBT+.
Evangélicos e conservadorismo – afinidades eletivas: as novas configurações da democracia no Brasil.	Paulo Gracino de Souza Junior; Carlos Henrique Pereira de Souza	2020	Capes	Horizonte	Análise de discursos de políticos da bancada evangélica.
Dos povos nativos ao surgimento dos movimentos sociais: influências dos discursos jurídicos, religiosos e médicos para a construção do conceito de homossexualidade no Brasil.	Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa; Robson Antão de Medeiros	2018	Capes	Revista de Direito Internacional	Análise de discursos jurídicos, médicos e religiosos em torno da homossexualidade.
Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil.	Marcos Paulo dos Reis Quadros; Rafael Machado Madeira	2018	Capes	Opin. Pública	Análise de discursos políticos em torno de gênero e sexualidade na Câmara dos Deputados.
Regulação do discurso de ódio: análise comparada em países do Sul Global.	Jane Reis Gonçalves Pereira; Renan Medeiros de Oliveira; Carolina Saud Coutinho	2020	Capes	Revista de Direito Internacional	Análise comparativa de discursos de ódio de diferentes países do Sul Global.

Confusão, indecisão e incerteza: enunciados de bissexualidade na jurisprudência.	Lisandra Espíndula Moreira; *et. al.*	2021	Capes	Revista de Estudos Feministas	Análise de conteúdo de discursos jurídicos a respeito da bissexualidade.
Eleições 2018 no Brasil: análise das imagens no Facebook dos candidatos ao 2° turno.	Carla Reis Longhi; Ivanilce Santos Oliveira.	2020	Capes	Universidad Complutense de Madrid	Análise de discursos políticos em torno de gênero e sexualidade em redes sociais.
Cura Gay? Debates parlamentares sobre a (des)patologização da homossexualidade.	Maria Clara Brito da Gama	2019	Capes	Salud Soc.	Análise de discursos parlamentares acerca das despatologização da homossexualidade.
Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas.	Maria Ignez Costa Moreira; *et. al*	2018	BVS	Rev. Psicologia	Análise de discursos e documentos políticos acerca de gênero.

Fonte: dados da pesquisa

Na Tabela 1, é possível observar que todos os doze artigos analisados apresentam metodologia de caráter qualitativo, variando entre análise do discurso, análise de conteúdo e análise comparativa. A maioria foi publicada em revistas das áreas de psicologia, direito e sociologia, com embasamentos micropolítico e feminista vultuosos, o que contribui diretamente na potência de suas análises. Portanto, os subtópicos a seguir se propõem a um aprofundamento teórico, que interrelaciona os discursos e busca por linhas de convergência (e divergência) em suas apresentações.

> Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade" – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder"; entendendo-se também que não se trata de um combate "em favor" da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. (Foucalt, 1979, p. 13).

Desse modo, as reflexões que compõem essa parte da dissertação, ou seja, o artigo aqui apresentado e produto da pesquisa de mestrado, concernem a aquilo que Michel Foucault (2003, p. 27) problematiza em sua obra A Verdade e as Formas Jurídicas, no sentido de que: "as condições políticas, econômicas de existência não são um véu ou um obstáculo para o sujeito de conhecimento, mas aquilo através do que se formam os sujeitos de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade.".

4.1 O conflito entre a cisheteronormatividade e a dissidência

É notório que toda sociedade cria suas normas de interpretação da sexualidade, com base na cultura e na religião, culminando na definição de práticas normais e desviantes (Barbosa,

2018). Sendo assim, foi de interesse de alguns pesquisadores fundamentar, historicamente, as tecnologias de biopoder sobre as quais os papéis de gênero e as orientações sexuais são construídas em diferentes culturas.

As concepções relacionadas à monogamia, papéis sociais de gênero e possibilidades de vivência sexuais e de gênero são fluidas para cada povo. Existem diversas culturas indígenas da América Latina, nas quais as pessoas vivem em comunidade, mulheres apresentam papel político central, e a presença de mais de três ou mais identidades de gêneros é considerada viável (Katz, 1995; Sacchi, 2012; Lugones, 2014). Já para os povos caucasianos, a homossexualidade é há tempos atrelada ao pecado, uma transgressão às leis divinas (Barbosa, 2018). Com as lentes do feminismo decolonial, é possível investigar de que modo os europeus, que desembarcaram no Brasil, autointitulados uma comunidade de superioridade moral, utilizaram seus ideais cisheteronormativos para sujeitar os índios, cuja cultura apresentava aspectos destoantes destes em seus conceitos de gênero e sexualidade (Moreira, 2018).

Nesse sentido, os colonizadores conseguiram, com eficácia, implementar um sistema de purificação dos "povos inferiores", considerados pecaminosos, e instauraram uma inquisição que perseguia homossexuais[4], era permissiva ao abuso sexual de mulheres e à catequização forçada das comunidades, ou seja, o homem branco subjuga os corpos considerados indignos como forma de afirmação dessa hierarquia (Lugones, 2014). Este processo de colonização do corpo é tão (ou mais) importante que o próprio domínio geopolítico sobre as terras brasileiras, pois inaugurou todo o aparelho sociopolítico moralista presente até hoje (Moreira, 2018).

Com a República, o estado laico força um distanciamento entre estado e religião, mas o avanço da ciência e das tecnologias permitiu o fortalecimento de um novo subterfúgio para a cisheteronormatividade: a medicina. Assim, os ideais de masculinidade passam a ser utilizados na interpretação biológica dos papéis de gênero, e na naturalização da violência como "um acontecimento produzido entre pessoas que ocupam posições antagônicas e desiguais, em um par oposto dominação/submissão" (Moreira, 2018, p. 235).

A categoria gênero, que deveria ser vista como uma construção performativa ativa (Butler, 2019), passa a ser entendida como uma verdade natural, embutida no corpo como a cor dos olhos ou dos cabelos. Para tal, os aparelhos ideológicos do estado, como a escola, a justiça, as polícias, entre outros, são implementadas com a finalidade de garantir que todos os cidadãos sejam doutrinados para corresponder à "verdade natural" do gênero (Sierra, 2019). Nesse ponto, todo corpo que se

4 Embora este não seja o termo mais adequado, tendo em vista que os conceitos de hetero e homossexualidade não se aplicam às culturas indígenas.

constrói para fora da normalidade necessita de uma ruptura, o qual deixa de ser normal, para se tornar abjeto (Sousa, 2019), isso implica em afirmar que "sujeitos e corpos que não se enquadram no discurso hegemônico são considerados abjetos, isto é, inferiores, ilegítimos e desprovidos de diretos" (Moreira, 2018, p. 236).

Transitando entre os títulos de pecado-doença-crime (Barbosa, 2018), o corpo LGBTQIA+ é destituído de humanidade, e todos os setores que deveriam ser responsáveis pela garantia dos seus direitos, em uma sociedade, se abstém desta obrigação por considerar suas demandas básicas como pertencentes ao âmbito privado, ou desprovidas de valor legal (Leite, 2019). Nos artigos analisados, são encontrados muitos exemplos desse esvaziamento de direitos, na atualidade, pois, ao mesmo tempo em que há reconhecimento da vulnerabilidade, escancarando a necessidade do cuidado, por outro lado, corre-se o risco da cristalização da posição de vítima (Leite, 2019).

No âmbito jurídico, por exemplo, a relação com pessoas bissexuais é ainda hoje utilizada como justificativa para a invalidação matrimonial e o pedido por uma indenização por danos morais por parte da "vítima". A decisão judicial a favor da anulação escancara a relação entre a dissidência sexual e um desvio moral grave, doença ou até mesmo crime (Moreira, 2021). Interessante que, neste caso, ao mesmo tempo em que a bissexualidade é menorizada enquanto experiência, inconscientemente o texto jurídico encara o privilégio heterossexual e a potencialidade do sexo como definidor de poder ao apontar que a ocultação da bissexualidade foi utilizada pelo réu como estratégia de inserção social (Moreira, 2021).

Como este, são vários os exemplos nos quais a justiça considera o corpo LGBTQIA+ como uma "experiência identitária que desafia as regulamentações binárias do Estado" (Sousa, 2019, p. 3). Sendo assim, no Brasil, país que mais mata homossexuais no Mundo, mesmo comparado a países nos quais a prática ainda é criminalizada, o estigma de pecado-doença-crime ainda é sustentado pelos discursos médico, jurídico, político e religioso (Barbosa, 2018), demandando do corpo LGBTQIA+ um movimento constante de sair do armário em diferentes instâncias sociais, pois é necessária uma reafirmação diária da sua sexualidade (Moreira, 2021; Sierra, 2019).

Desse modo, fica evidente como o Judiciário, Executivo e Legislativo exercem o "poder de reproduzir verdades performativas através de seus enunciados" (Sousa, 2019, p.2). Portanto, a próxima sessão pretende se debruçar sobre os artigos que analisaram estes enunciados, a fim de compreender como são construídos e como fortalecem a cisheteronormatividade, ao mesmo tempo em que criam um falar constante sobre sexo que, imperceptivelmente, constrói novas narrativas, por vezes, dissonantes à norma.

4.2 Os discursos políticos produzindo subjetividades

Os enunciados em torno da sexualidade estiveram, em sua maioria, atrelados à criminalização, invisibilidade e violação, o que por sua vez colabora para a dificuldade na garantia dos seus direitos básicos pelo Estado. Frequentemente, categorias referentes ao gênero e à orientação sexual foram confundidas em pronunciamentos públicos e documentos jurídicos, bem como o reforço de estigmas como "comportamento de risco", "promiscuidade", "anormalidade" e "propensão a situações de risco" (Moreira, 2021). De forma geral, pressupõem que fazer parte da comunidade LGBTQIA+ significa estar em constante dúvida e aflição em relação às vivências sexuais (Moreira, 2021).

Como trabalhado no tópico anterior, a criminalização da homossexualidade faz parte da tradição jurídica brasileira e, mesmo sem prerrogativas legais que validem essas ações, o discurso religioso, médico e político atuam na perpetuação dos valores higienistas (Barbosa, 2018). Embora juridicamente legalizada, a homossexualidade é elencada como passível de tratamento médico, vide o projeto da "cura gay", e de condenação religiosa, em vista do expressivo número de pastores que se mobilizam politicamente contra a livre expressão sexual e de gênero (Gama, 2019).

Perante este contexto, cabe ao Estado garantir a seguridade dos direitos sociais básicos das minorias, através de leis e políticas públicas, entretanto, seria inocente acreditar que este é um processo altruísta (Moreira, 2018). Na realidade, o surgimento de políticas públicas que discorrem acerca da sexualidade no Brasil, ao mesmo tempo em que objetivam a garantia os direitos, são mecanismo de regulamentação, "um processo bastante homogeneizador dos corpos, das práticas e dos prazeres" (Sierra, 2019, p. 3).

Como postula Preciado (2014), apenas aquilo que pode ser nomeado é passível de regulação. Sendo assim, sempre que o Estado toma frente nas reinvindicações das minorias, é também como estratégia política de manutenção do poder, criando regimes que são verdadeiras políticas de inclusão dos anormais e que perpetuam a *patologização* (deve se usar aspas ou itálico) do corpo dissidente (Gama, 2019; Sierra, 2019). Ao mesmo tempo em que não colabora com a ruptura do processo higienista, esta intervenção do Estado, no âmbito legal, permite que os aspectos de gênero e sexualidade transitem da categoria de aspecto individual, para serem enfim reconhecidos, enquanto aspecto constituinte da identidade dos indivíduos, o que estreita o vínculo entre as ações do Estado e os direitos sociais reivindicados pelas minorias (Sierra, 2019).

Embora distante da verdadeira equidade, as pressões populares geradas pelos movimentos sociais foram responsáveis por importantes frentes de enfrentamento da discriminação. O *protagonismo* LGBTQIA+ e feministas produziu mudanças legais como a criminalização da

homofobia e o direito ao uso do nome social (Sierra, 2019). É graças ao protagonismo popular que alguns poucos avanços já foram possíveis, embora ainda sejam divulgados como caridade e utilizados pelo Estado como manobra de controle.

Vale enfatizar que o substantivo militância foi utilizado para definir a maioria destes movimentos sociais, o que provoca uma redução da visibilidade e da inserção social das minorias (Sierra, 2019). Considerando que as palavras não são neutras, mas carregadas de sentido e intenção, o termo ideal para a caracterização destes movimentos seria ativismo, pois este está atrelado ao sentido horizontalidade na operação de redes descentralizadas e autônomas, reconhecendo a pluralidade dos interesses dos seus atores (Sales, 2018). Sendo assim, a escolha por militância carrega consigo um certo esvaziamento de valor, colaborando para o sentimento de caridade, e perda do sentido de obrigação.

Um exemplo deste processo é o enunciado salvacionista presente em muitas dessas políticas públicas, o qual pressupõe que as minorias não são atores ativos no processo de luta pelos direitos, mas sim grupos passivos que necessitam de serem salvos (Sierra, 2019). Esse salvacionismo, mascarado de palavras bonitas, esconde a invisibilidade das subjetividades LGBTQIA+ e ratifica o sentido de anormalidade (Sierra, 2019). No Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT por exemplo, é apontado como objetivo: “Promover os direitos fundamentais da população LGBTQIA+ brasileira, de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] promover a cidadania, com respeito às diversidades” (Brasil, 2009, p. 10-11).

É fato que “a garantia e o restabelecimento de direitos de todos é um dever do Estado, responsável pela elaboração e execução de políticas públicas” (Moreira, 2018, p. 236), entretanto, é estratégica a posição heroica do Estado diante das desigualdades que esse mesmo legitima diariamente. Além do salvacionismo, outras formas de invisibilidade, tanto das pessoas não cisheteronormativas, quanto dos movimentos populares, estão presentes nas políticas públicas, nos enunciados de políticos conservadores e decisões judiciais, e é sobre esta estratégia que se debruçam todos os artigos contidos nesta revisão.

Em vista de todo este contexto social de mobilização popular, a discussão de temas relacionados ao gênero e à sexualidade se tornaram possíveis no país, mas como consequência houve “o recrudescimento do discurso ultraconservador e fundamentalista que temos assistido atualmente” (Sierra, 2019, p. 8). Em um movimento circular dinâmico, as ações do Estado em prol dos direitos LGBTQIA+ passaram a gerar o medo da população conservadora da perda dos seus próprios direitos, e em concomitância os próprios políticos e setores estatais passaram a

fomentar o pânico moral por meio de discursos que alimentam o imaginário popular da existência de um perigo ideológico contra as crianças e a família. Esta sequência de eventos passou a se retroalimentar, criando a onda conservadora atual.

Todas as pautas moralistas utilizadas como argumentos para o combate aos direitos LGBTQIA+ podem ser sistematizadas em dois grupos: os argumentos de depreciação aos movimentos de esquerda, e os movimentos conservadores de defesa ao tradicionalismo. Estes discursos não constituem, portanto, um jogo de palavras imparciais ou aleatórias, mas sim um mecanismo de poder muito bem articulado, no qual são produzidas e reproduzidas as verdades, que têm como intenção produzir verdades e sujeitos de verdade (Sousa, 2019).

Para a depreciação dos movimentos de esquerda, a principal estratégia é a divulgação de notícias falsas, as chamadas *fake news*[5], que associam as pautas sociais da esquerda, em especial aquelas relacionadas às identidades dissidentes, com a ideologia de gênero, o "kit gay", a ditadura socialista, o perigo comunista, as drogas, a doutrinação comunista e a pedofilia (Freire, 2019; Sierra, 2019).

Em resumo, todas as pautas sociais são rotuladas como perigosas, criando um ambiente de desconfiança da democracia, da ciência e das universidades. O atual movimento antivacina, os pedidos por intervenção militar e o sucateamento das Universidades públicas são exemplos práticos de como o pânico popular foi fomentado a ponto de até os direitos básicos da população geral à saúde, educação e segurança, serem questionados (Sierra, 2019).

No sentido oposto, a defesa ao tradicionalismo ocorreu através da sua associação com a política de direita, ou seja, as políticas conservadoras foram vendidas como única estratégia possível de proteção das famílias (em especial das crianças), contra a esquerda, considerados comunistas, doutrinadores e pedófilos (Freire, 2019; Sierra, 2019). Se até meados de 2015, a direita envergonhada se escondida sob o discurso liberalista com medo de uma associação à ditadura militar, com os levantes contrários aos movimentos sociais de esquerda, a direita tomou coragem de assumir seu nome, e sob bandeiras da defesa da família e das crianças, o patriotismo e a religião, encontraram apoio popular no movimento conservador.

Importante estratégia utilizada para o fortalecimento da direita foi a fé. Os argumentos feitos por religiosos cristãos, para os cristãos, serviram para que estes sentissem que sua fé é diretamente atacada pelas pautas sociais. O pânico moral de uma "intolerância religiosa", aos mesmos moldes do racismo reverso, serve para a defesa de atos de violência e abjeção dos corpos dissidentes, considerados uma ameaça (Quadros, 2018).

5 Informações falsas que são disseminadas em forma de notícia, muitas vezes, com teor sensacionalista.

> (...) a produção em massa das chamadas *Fake news* e a evidenciação de dimensões político-religiosas, utilizadas para estabelecer sujeitos subversivos que seriam os inimigos da "família tradicional brasileira" e que intentariam destruí-la por meio da homossexualização de crianças, da libertinagem sexual e outros elementos. (Maranhão Filho, 2018).

A igreja, como trabalhado no tópico anterior, sempre foi influente na definição das verdades relacionadas ao gênero e sexualidade, mesmo com o Estado laico, portanto, a intersecção religiosa não é novidade (Aguiar, 2020). Entretanto, o uso da religião tomou proporções singulares com o capitalismo e disfunção do uso das redes sociais. Quando a igreja é deslocada para âmbito privado, essa passa a responder à lógica competitiva da economia, e precisa lançar mão de discursos que possam atender aos desejos de seu público, a fim de manter a influência e conquistar seguidores. A midiatização da religião, como estratégia econômica e política, permitiu sua aproximação com realidade do usuário e criou um ambiente de pessoalidade, ganhando crentes (e consequentemente eleitores) de forma orgânica. A participação intensa e estratégica, principalmente, de líderes religiosos evangélicos, nas redes sociais, foi fator *sine qua non* para a disseminação das pautas morais e a intensa comoção social através do medo (Aguiar, 2020).

Desse modo, todos os avanços propostos em prol das minorias sofreram retaliação por parte da direita conservadora e religiosa, como por exemplo: a criminalização da homofobia, os programas Brasil sem homofobia e escola sem homofobia, o casamento gay, a legalização do aborto, entre vários outros, muitos dos quais necessitaram de ceder às pressões (Quadros, 2018). Um dos exemplos mais emblemáticos, citado em todos os artigos revisados, foram os programas de Governo Brasil sem homofobia (BSH) e Escola sem homofobia (ESH), definido pelo então deputado Jair Bolsonaro como um "aliciamento" e desvirtuamento das crianças" (Leite, 2019, p.125), associado ainda por Magno Malta a uma perversão, comparável com a pedofilia, bestialidade e sadomasoquismo (Leite, 2019). Assim, de acordo com Leite (2019, p. 127): "essas falas são a ponta mais visível de amplos setores da nossa sociedade que, mais ou menos abertamente, pactuam com os valores que estão na base desses discursos, valores estes que estão entranhados em nossa cultura há muito tempo".

Considerando que a escola é local de reprodução das performatividades, e o primeiro processo civilizador do corpo da criança, educado segundo os parâmetros capitalistas, não é de interesse dos setores detentores do poder que as crianças e adolescentes sejam ensinados a questionarem a performatividade e, por consequência, todo o sistema em que essa se insere. Desse modo, é possível inferir de que modo a divulgação de um pânico social contra a esquerda e a chamada "ideologia de gênero" contribui para que todo o sistema cisheteronormativos seja

preservado, dentro das escolas, das igrejas, das ruas, ou seja, em todos os setores sociais (Bento, 2011; Moreira, 2018; Louro, 2013).

Importante destacar que os citados projetos não apresentavam tom subversivo ou propunham grandes intervenções, mas constituam somente na propagação de ideais de igualdade e respeito. Entretanto, o discurso moralista foi tão bem articulado, que o Escola Sem Homofobia foi apelidado pelos opositores de "kit gay", e utilizado como aliciamento de votos pela direita nas eleições de 2018 contra o candidato da esquerda Fernando Haddad, autor do projeto. Atrelado ao "kit gay", uma série de outras *fake news* foram publicadas, como a emblemática mamadeira de piroca, a distribuição de batons para os meninos e a criação de banheiros unissex nas escolas primárias (Leite, 2019).

Não somente o Escola Sem Homofobia, mas o próprio documento da Base Nacional Curricular, sofreu duras críticas conservadoras, quando houve a tentativa de inclusão de um único parágrafo sobre o respeito à diversidade sexual. As críticas, de cunho moralista e heteronormativo, foram utilizadas para convencimento da população de que existe um risco eminente contra as crianças e a família. Por este motivo, o parágrafo foi alterado, e a frase sobre inclusão foi retirada, cedendo às pressões, assim como os programas Brasil Sem Homofobia e Escola Sem Homofobia (Moreira, 2018).

Se de um lado os projetos pelas minorias foram criticados, de outro, muitos projetos conservadores, que atentam contra a liberdade individual, foram apresentados à Câmara. A "cura gay", por exemplo, foi na verdade o conjunto de dois projetos de decreto legislativo (de 2009 e 2011), que propunham a possibilidade de tratamento da homossexualidade - por esses denominada [6]homossexualismo - em clínicas psicológicas, em um processo *patologizante* e que vai de encontro com a decisão do Conselho Federal de Psicologia (CFP). A resolução do Conselho Federal de Psicologia que proíbe a cura gay foi um importante ganho da comunidade LGBTQIA+, pois se configura como marco do movimento de *despatologização* da homossexualidade, mas o mínimo de dignidade garantido pela resolução foi colocado em xeque pelo projeto (Gama, 2019).

Não obstante, todos os nove apoiadores do projeto foram deputados religiosos, pertencentes à chamada bancada evangélica, e utilizaram em seus argumentos favoráveis enunciados associando a homossexualidade à doença mental, imoralidade, pedofilia, perigo à família e práticas criminosas. Alguns utilizaram também argumentos jurídicos, como a garantia da liberdade profissional do psicólogo e a escolha do paciente, mas todos tiveram o discurso higienista como base. Este cenário

6 O sufixo *ismo* é utilizado no português para a caracterização de doenças, sendo o termo homossexualismo retirado do catálogo de doenças pelo Ministério da Saúde em 1990.

revela a ótica de parte dos líderes religiosos quanto à liberdade sexual e de gênero: associada ao pecado e à perversão.

Entre os deputados que votaram contra a maioria, esses eram pertencentes a movimentos sociais feministas e LGBTQIA+, foram utilizados argumentos pela igualdade e dignidade humana, e pelo respeito à decisão do Conselho Federal de Psicologia. Entre eles, apenas um deputado da bancada evangélica se manifestou contrário, e utilizou o discurso religioso do amor de Deus como justificativa para seu voto (Gama, 2019). Esta polarização bota luz sobre a intrínseca relação entre religião (esta de origem judaico-cristã) e os movimentos em prol da manutenção dos privilégios cisheterossexuais.

Embora não tenha sido aprovado, o projeto ganhou grande visibilidade nacional. De um lado, os movimentos políticos de esquerda e LGBTQIA+ apontaram para o contrassenso da existência de um projeto que pretende retroceder os direitos das minorias. No entanto, de outro, o movimento conservador deu voz aos autores e, inclusive, fizeram no projeto uma de suas pautas principais. A retroalimentação gerada entre o projeto da "cura gay" e o movimento conservador deixou à mostra o que antes era uma transposição oculta: é de interesse direto dos setores conservadores a dissolução dos corpos e prazeres dissidentes, mesmo que para isso seja necessário ruir com todas as garantias de direitos.

Além dos ataques diretos aos direitos LGBTQIA+, algumas outras estratégias mais sutis são utilizadas, como por exemplo, a exclusão de mulheres transexuais da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Desconsiderar estas vidas, bem como argumentar que o termo mulheres já é suficiente para incluir todas as possibilidades de ser mulher implica em ignorar as relações de poder, que permitem que se trace um panorama entre mulheres cis-trans / mulher de verdade-mentira. É preciso considerar que, não apenas entre os gêneros existe hierarquia, mas também que dentro de um mesmo gênero as relações de poder são estabelecidas (Moreira, 2018). E assim, direta ou indiretamente, os corpos dissidentes são esvaziados de direitos e isolados na abjeção.

No artigo de Sousa (2019), que trata dos discursos na esfera jurídica, essa demarcação é feita através do esvaziamento do direito à própria identidade. Para a retificação do nome social, juízes conservadores não aceitam o relato da pessoa transexual como suficiente para a inclusão de uma nova identidade, necessitando de um laudo médico e/ou do histórico de tratamento através de intervenções cirúrgicas para adequação ao padrão de gênero. Além da demarcação da identidade de gênero, segundo as expectativas corporificadas, estas decisões escancaram o poder colonial que o corpo cisgênero possui sobre o corpo transexual em sua validação social, bem como o discurso

médico novamente trabalhando para uma *patologização* dos corpos dissidentes (Sousa, 2019).

Portanto, ficou evidente com os movimentos sociais conservadores das últimas décadas que "expressões de gênero e sexualidade juvenis têm ocupado um papel fundamental no confronto de concepções e valores em relação à sexualidade e ao gênero" (Leite, 2019, p. 122). O tema da sexualidade se tornou tão central, que a disputa eleitoral de 2018 assumiu um cunho moral, ou seja, a agenda governamental dos candidatos assumiu um nível inferior de importância, e o uso de imagens e discursos políticos sobre a sexualidade foram indispensáveis para a vitória do candidato da direita (Aguiar, 2020; Quadros, 2018). Posto que foi a identificação com o conservadorismo que fortaleceu o discurso da direita conservadora, e não o contrário (Junior, 2020).

Jair Bolsonaro conseguiu utilizar estrategicamente o discurso moralista para se aproximar dos eleitores, aterrorizados pelo "perigo comunista", e criar um ambiente emocional, populista e cativante, que toca diretamente nos sentimentos e inflamou o pânico moral (Aguiar, 2020). Esta estratégia proporcionou aos seus eleitores uma falsa sensação de controle e inteligência, e colocou a própria democracia em risco com a eleição de um candidato que representa todos os valores direitistas, conservadores e religiosos acumulados ao longo dos últimos anos (Domingues, 2018; Longhi, 2020).

A principal estratégia utilizada por Bolsonaro e sua equipe foi a divulgação massiva de informações, grande parte falsas, por meio de vídeos no *Youtube* e compartilhamentos no *Whatsapp* (Longhi, 2020). Entre as *fake news* compartilhadas tiveram destaque aquelas que relacionavam a esquerda, em especial o Partido dos Trabalhadores, com o incentivo à homossexualidade, a erotização das crianças, a pedofilia, e o consequente perigo comunista para a família. Em contrapartida, o candidato da direita se apresentou como o messias, o defensor da família, cujo propósito se resumia em expurgar o perigo comunista, e resgatar a antiga glória brasileira (Leite, 2019).

Durante e após as eleições, inclusive, muitas das *fake news* tiveram de ser retiradas das mídias sociais em decorrência de decisões judiciais, e um inquérito foi aberto em âmbito do Poder Executivo para investigação das notícias falsas, a chamada CPI das *fake news* (Longhi, 2020; Leite, 2019). Embora claramente embasado em mentiras, e com menor atividade nas redes sociais em relação ao seu adversário Fernando Haddad, Bolsonaro foi mais assertivo em sua estratégia, e sem nem mesmo apresentar um real plano de governo, conseguiu alcançar maior engajamento nas redes sociais e se eleger presidente com 55,13% dos votos no segundo turno (Longhi, 2020). Por este motivo, "precisamos, claro, estar atentos ao poder de mobilização emotiva dos pânicos morais, e especialmente dos pânicos sexuais" (Leite, 2019, p. 136).

Sucintamente, a vitória de Bolsonaro foi resultado da insatisfação popular, associada com a um discurso moralista que apela para a vida pessoal dos eleitores e a promessa do retorno a uma antiga glória patriota, tendo as redes sociais sido utilizadas como principal estratégia de campanha, com *fake news* descaradas, muitas dessas se fazendo valer dos temas de gênero e sexualidade (Longhi, 2020). Vale destacar que a cascata da mobilização conservadora foi observada não somente no Brasil, mas em muitos outros países da América Latina, que passaram por levantes liberalistas muito semelhantes (Leite, 2019).

Nos próximos tópicos, esta revisão pretende se debruçar sobre dois dos atores responsáveis pela cristalização do sistema de abjeção e violência a que são submetidos os corpos dissidentes: os atores políticos e o sistema judiciário. Como principais manifestantes na política, os artigos analisados apontam para os membros da bancada evangélica, historicamente, representada por homens conservadores de direita.

4.3 O perfil dos atores políticos

Todo enunciado possui o poder de se transfigurar em discurso, e com isso assumir o potencial de produzir verdades e performatividades dentro do sistema social, a depender de quem/ quando/ onde/ de que modo foi articulado (Foucault, 2004). Desse modo, o que é considerado verdade em uma determinada época e lugar pode assumir uma versão diametralmente oposta a depender do contexto, e foi exatamente este movimento que ocorreu no Brasil, e em outros países da América Latina, nos últimos anos (Leite, 2019). Se após o fim da ditadura militar, a direita era associada pela população às pautas militares, à tortura e à perda dos direitos civis, e antagonicamente a esquerda era relacionada com a liberdade de expressão e aos avanços sociais, as alterações sociopolíticas articuladas pelos atores conservadores, nas últimas décadas, criaram uma inversão deste panorama. Com isso, a direita, antes envergonhada, conseguiu se ancorar de forma mais otimista ao se articular fortemente a temas como o liberalismo econômico e a preservação da família. Também foi indispensável para este deslocamento, na esteira social, a articulação de um pânico moral que passou a associar a esquerda com o comunismo e a deturpação dos valores conservadores (Quadros, 2018; Pereira, 2020).

Apesar das pautas liberalistas terem uma influência importante nessas decisões, os autores apontam que o fator principal de ancoramento da direita "não foi o liberalismo econômico que emergiu na década de 1990 (...), mas o conservadorismo envolvendo questões morais e os apelos de repressão à criminalidade" (Quadros, 2018, p. 516), ou seja, muito mais do que exaltar a direita, foi importante desmontar a esquerda e a sua principal pauta: os avanços sociais. Para tal, a direita

passou a associar a hierarquia social e, portanto, a desigualdade, como um aspecto da natureza humana, e não como uma tecnologia de poder (Quadros, 2018).

Além do fortíssimo mecanismo de desarticulação da esquerda, foi necessária a presença de um "quem" com poder discursivo suficiente para alcançar um público relevante. No âmbito político, este foi composto pela Bancada BBB (bíblia, boi e bala), que tornou o Congresso Nacional o mais conservador desde a ditadura. Destes, a bancada da bala, da qual o ex-deputado Bolsonaro fez parte, ainda realiza uma defesa mais direta do militarismo, o armamento da população e o endurecimento das penas para os "criminosos" (pretos, pobres, homossexuais, ou seja, todos os corpos em alguma instância abjetos), valendo-se do mesmo discurso de 1964 de um "perigo comunista" (Quadros, 2018).

No entanto, é a bancada da bíblia, composta por deputados evangélicos, pertencentes principalmente às igrejas Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus, a mais influente. Ambas as igrejas são pertencentes ao grupo de evangélicos pentecostais e neopentecostais, cujas origens remontam aos Estados Unidos da América do século XX. São religiões em constante crescimento no Brasil, em função de seu discurso carismático e popular, que ocasiona um sentimento de pertencimento aos seus seguidores. Para estas vertentes, a homossexualidade é considerada uma doença e pecado contra Deus, e este é o principal argumento utilizado como justificativa para atos de segregação e violência contra os corpos LGBTQIA+ (Santos, 2009; Mesquita, 2016).

Sendo assim, a religião é utilizada para fortalecer o pânico moral, afirmando que a comunidade LGBTQIA+ tem como proposta instaurar uma "ditadura gaysista", que atenta contra os valores tradicionais da família e compõem uma perversão prejudicial para a infância e adolescência. O espaço político, que deveria ser laico, passa a ser dominado por religiosos, que governam com a religião e para os religiosos. Entre os deputados mais influentes, em suas colocações, se destacam Marco Feliciano e Silas Malafaia, ambos filiados ao Partido Liberal e pastores da Assembleia de Deus (Quadros, 2018). Os deputados que compõem a bancada da bíblia tiveram participação ativa em manifestações políticas contra o uso do nome social, a favor da cura gay, e foram importantes apoiadores do candidato Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 e 2022, motivando uma onda de eleitores evangélicos às urnas (Sousa, 2019; Gama, 2019). Em seus discursos, todo o repertório moralista é utilizado para desmerecer as políticas públicas em prol das minorias, e incentivar diretamente a violência contra gays (Leite, 2019; Aguiar, 2020; Quadros, 2018):

> Cada um faz o que quiser com o seu corpinho cabeludo. Não tenho nada contra isso. É problema deles. O que eles têm para me oferecer não me interessa. Agora, não quero que grupo gay crie com o MEC currículo de escola para o primeiro grau [...] estão criando cota para homossexuais. Nossos filhos agora terão que ser gays para ter esse direito?

Alguém vai ter orgulho de ter um filho gay.[7] (Leite, 2019).

Em contrapartida, os representantes da esquerda que atuam diretamente na defesa dos direitos sociais das minorias se encontram parlamentares feministas e representantes dos movimentos LGBTQIA+ (Sousa, 2019; Gama, 2019). Traçando esta diferença entre os representantes de cada movimento fica evidente a motivação pessoal de ambos na defesa de suas pautas políticas, bem como as estratégias utilizadas por cada um para a motivação dos eleitores.

A presença de dois grupos bem demarcados nesta disputa sociopolítica é peça chave para o entendimento de toda a dinâmica política na atualidade. De um lado, encontram-se setores tradicionalistas, compostos com evangélicos, saudosistas da ditadura e liberalistas econômicos. Para estes, as pautas sociais representam um atraso ao desenvolvimento econômico, este considerado único objetivo do estado, e um risco à ordem social, que garante através da hierarquia de gênero, orientação sexual, classe e cor, quais corpos são mais adequados ao poder, enquanto aos demais cabe a exclusão sob a falsa esperança de uma meritocracia fantasiosa. Todo esse sistema é indispensável para a manutenção do poder nas mãos de quem o tem.

De outro lado, surgem há anos movimentos de minorias, que por reivindicarem seus direitos básicos, acabam colocando em risco todo o sistema social desigual. Quando um gay ganha o direito de se casar, não é apenas um indivíduo organizando sua vida, mas sim o desmantelamento de um sistema social que diz que aquele corpo não é digno do mínimo, que é viver ao lado de quem ama com garantias legais. Os ganhos sociais das minorias, quando acumulados, podem significar o fim de toda a dinâmica biopolítica atual, pois afinal, como falar em poder em uma sociedade em que todos têm acesso aos mesmos direitos, produtos e serviços?

Desse modo, aos setores historicamente vinculados ao poder, como igreja, os grandes detentores de terras (pecuaristas, agricultores e latifundiários), burgueses de um modo geral, é de extremo interesse que as minorias sejam silenciadas. A bancada BBB nada mais é do que a representação de todo um grupo interessado em manter o conservadorismo, e que enxerga no movimento LGBTQIA+ uma -fraca- ameaça, facilmente controlada através da mobilização popular. E esta mobilização, como já apontado, é extremamente perspicaz, pois são utilizadas exatamente das feridas e medos da população para fazê-la acreditar que luta por um bem comum.

7 O discurso do deputado Jair Bolsonaro na sessão da Câmara de 30.11.2010 foi acessado por Leite através do site do Congresso Nacional. Disponível em: http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=208.4.53.O&nuQuarto=29&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:56&sgFaseSessao=PE&Data=30/11/2010&txApelido=JAIR%20 BOLSONARO,%20PP-RJ (Acesso em junho de 2019) (Leite, 2019).

4.4 O Poder Judiciário e a jurisprudência

O campo jurídico é apontado como um "espaço privilegiado para resolução de conflitos e garantia de direitos, em um aumento de demandas denominado como judicialização da vida" (Moreira, 2021, p.5). Em outras, palavras, é um dos espaços nos quais as verdades acerca dos indivíduos são produzidas e reproduzidas. Nas palavras de Foucault (2003, p. 27):

> *(...) as condições políticas, econômicas de existência não são um véu ou um obstáculo para o sujeito de conhecimento, mas aquilo através do que se formam os sujeitos de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade (Foucault, 2003, p. 27).*

No Poder Judiciário, o panorama também é de negação dos privilégios cisheterossexuais, e invisibilidade das pautas das minorias sexuais e de gênero. O "cenário de extrema violação dos direitos" (Moreira, 2021, p. 2), que se contrapõem com a falha judicial, e escancara o tamanho do esforço necessário para que os direitos básicos dessa população sejam ofertados, ao mesmo tempo em que existe, por parte de setores da população, que incluem os responsáveis pela garantia dos direitos, um posicionamento que considera estes direitos básicos como privilégios das minorias (Moreira, 2021).

Além de ser apontada a falta de denúncias por violência e discriminação pelas pessoas LGBTQIA+, o que compromete a visualização do real cenário do país, no âmbito jurídico, as poucas denúncias encontram dificuldade para serem interpretadas de forma favorável para as vítimas. Portanto, a própria jurisprudência, conceituada como o conjunto de decisões tomadas em uma instância, com base nas interpretações do caso, também é, na maioria das vezes, conduzida com base na cisheteronormatividade (Perucchi, 2008).

Ao contrário, quando o corpo LGBTQIA+ é alvo da denúncia, a sua criminalização é facilitada. Quando movido processo de invalidação matrimonial contra homem que, supostamente, ocultou a bissexualidade da esposa, a juíza responsável não somente sanciona o pedido, como ainda prescreve uma indenização, a fim de servir como exemplo para a sociedade: "Referida indenização pretende compensar a dor do lesado e constitui um exemplo didático para a sociedade de que o Direito repugna a conduta violadora, porque é incumbência do Estado defender e resguardar a dignidade humana." (Moreira, 2021, p.11). E assim, a bissexualidade, a exemplo das demais letras da sigla LGBTQIA+, no campo legal, é tratada como crime (Moreira, 2021).

Moreira (2021) aponta ainda para a dificuldade de encontrar, no âmbito jurídico, de referências as pessoas LGBT, em especial pessoas bissexuais. A bissexualidade, não apenas social, mas judicialmente, é vista como "confusão, indecisão e incerteza", como o próprio título do artigo enuncia. Estes termos ideológicos caracterizam a dificuldade de compreensão do que é

bissexualidade por parte dos setores sociais responsáveis pela justiça social (Moreira, 2021). Um dos argumentos utilizados no caso foi exatamente o quanto a conduta "confusa" do réu acarreta inseguridade para a autora, demonstrando o quanto o desconhecimento desta orientação sexual, atrelada a preconceitos, está presente desde o âmbito civil até o legal.

O corpo transexual e travesti é muito mais do que desconhecido, é destituído de seu direito mais básico de administração da própria identidade. O uso do nome social, na maioria dos casos analisados por Sousa (2019), depende não da expressão do desejo pelo autor do pedido, mas pela afirmação da necessidade física pelo médico, psicológica pelo psicólogo ou legal pelo juiz. Profissionais da saúde, juízes e até mesmo familiares são considerados mais aptos a decidirem acerca dos corpos não cisgênero que a própria pessoa.

Além disso, o reconhecimento legal daquele corpo e daquela identidade como pertencentes à sociedade e apto a ter sua liberdade fundamental garantida pelo Estado através de um nome que o representa, é precedida pela sua associação com o adoecimento físico e mental (Sousa, 2019). É impensável que um corpo saudável e mentalmente são possa optar pela transição de gênero, e mais uma vez a pessoa LGBT é aproximada da tríade pecado-doença-crime.

Tanto a invisibilidade dos corpos dissidentes quanto a negação de seus direitos sociais básicos escancaram a mais cruel das facetas do campo jurídico: o sistema que foi criado para permitir o cumprimento da lei e dos direitos de todos é, na realidade, parte integrante do sistema biopolítico de poder que perpetua a cisheterosexualidade enquanto norma. Seus corpos são despidos de direitos, e a (in)justiça colabora com o processo de abjeção a que são submetidos (Foucault, 2003).

Judicialmente, toda a comunidade LGBTQIA+, sob diferentes aspectos, é associada à promiscuidade e à doença. Seus direitos sociais básicos à identidade são negados, sua orientação sexual é criminalizada e suas demandas invisibilizadas. É importante destacar um paradoxo: mesmo com todos os dificultadores, muitas das conquistas LGBTQIA+ nos últimos anos ocorreram judicialmente, a exemplo do casamento gay e a criminalização da homofobia, que foram garantidos através de embates judiciais. Entretanto, este dado não serve para engrandecer o Judiciário, pois como visto, este ainda é extremamente conservador, mas sim para, diante disso, reiterar o quão obsoletas estão as políticas públicas. As políticas públicas se encontram em ainda pior estado de avanço social, com a quase total inexistência de políticas já estabelecidas, com políticas antigas sendo desmanteladas pela pressão conservadora, além de diversos projetos LGBTfóbicos sendo apresentados pela direita atual. Os atores sociais moralistas, em especial os políticos religiosos, contribuem para a perpetuação deste cenário, se fazendo valer de um discurso em prol da defesa

da família e dos bons costumes para criar um ambiente de medo a uma ameaça gay.

4.5 Revisão crítica

A presente análise foi de grande serventia para verificar quais investigações acadêmicas já foram realizadas em torno da investigação de discursos políticos, e com isso embasar, cientificamente, as discussões da dissertação da qual faz parte. A partir destas discussões, complexos processos sócio-históricos de criação e perpetuação da cisheteronormatividade puderam ser compreendidos, bem como suas expressões em meio político.

Foi possível, por exemplo, traçar o percurso sistemático que proporciona as principais influências políticas, se apropriarem de argumentos que abrangem da religião ao geneticismo para a estruturação de discursos que perpetuam o estigma doença-pecado crime associado ao corpo não heterossexual. Entretanto, apesar de importante contribuição, poucas reflexões foram dedicadas à concretização do ciclo de violência através da escassez de políticas públicas que sejam eficientes no combate à exclusão e na garantia de direitos a esta minoria. Desse modo, a influência dos discursos políticos no fazer política ainda necessita de mais investigações.

Apesar desta lacuna, muitos regimes de verdade foram explicitados ao longo dos doze artigos. Em especial, por possível traçar a importante construção de uma polarização entre direita conservadora, representante dos valores tradicionais, e uma esquerda associada à comunidade LGBTQIA+ e, portanto, a todos os riscos associados a essa. Família e infância apresentaram valor central nestas discussões, que culminaram no fomento a um ambiente de pânico moral, o qual contribuiu para a vitória da direita nas eleições de 2018.

Tendo em vista de que o período analisado pela dissertação compõe discursos proferidos entre 2018 e 2022, toda esta estrutura permite a construção de um aparato histórico fundamental. Todavia, a carência de um olhar crítico sobre a própria ciência, enquanto reprodutora de discursos conservadores também precisa ser apontada como lacuna, tendo em vista que política e ciência, constantemente, se retroalimentam na manutenção do ciclo de exclusão.

5. Considerações Finais

Esta revisão bibliográfica analisou doze produções acadêmicas realizadas entre 2018 e 2022 que se dispuseram a analisar os discursos políticos em torno dos usos dissidentes dos prazeres. A revisão deu origem a quatro tópicos de análise: o conflito entre a cisheteronormatividade e a dissidência, os discursos políticos produzindo subjetividades, o perfil dos atores políticos, o Poder Judiciário e a jurisprudência; os quais permitem a compreensão de que modo discursos em torno

de temas ligados ao gênero e à sexualidade são articulados pelos políticos da direita conservadora, de modo a criar um ambiente hostil à dissidência.

Embora a diversidade sexual e de gênero não seja uma constante natural, mas um aspecto social fluido de acordo com o tempo, cultura e interesses políticos, a definição das práticas cisheterossexuais, enquanto norma, é imposta enquanto natural. Beneficiando-se de argumentos religiosos e científicos, o corpo LGBTQIA+ é demarcado enquanto pecado-doença-crime e, portanto, esvaziado de direitos.

O controle dos corpos e do uso dos prazeres, enquanto estratégia política para manutenção do poder, conforme explicita Foucault, é manobra extremamente eficiente de manutenção da ordem. Na definição de corpos considerados normais, o controle destes é garantido, enquanto a concomitante abjeção de grupos consideradas anormais, os chamados prazeres dissidentes, serve aos poderosos para evitar que a dinâmica de poderes seja desmanchada. Diante deste processo, as políticas públicas se tornam um mecanismo de regulação dos corpos pelo Estado, seja através da sua inexistência para a garantia de direitos de alguns, ou sua existência como mecanismo de proporcionar maior controle sob corpos antes "indomáveis".

Na tentativa de garantir essa ordem social, que favorece aos setores que detém o poder, o Estado passa a violar e invisibilizar todos os corpos que não se adequam à regra, e criam um ambiente que leva a sociedade a ter medo da perda de seus direitos, caso os direitos destas minorias sejam assegurados. Desse modo, nos últimos anos, as famílias brasileiras foram inundadas de "*fake news*", informações falsas que disseminaram o pânico moral pelo desmantelamento da família e perigo à infância, e este pânico foi estrategicamente vinculado aos corpos LGBTQIA+. Como consequência, o conservadorismo se nutre do medo e da ignorância para se fortalecer enquanto frente política.

O ambiente de medo acentuou uma polarização antiga: uma esquerda que (minimamente) luta pelos direitos da comunidade LGBTQIA+; e uma direita conservadora, que utiliza exatamente dessa relação para relacionar a esquerda ao sistema de medo instaurado. Desse modo, a esquerda se tornou alvo de intensas críticas, e o mito da "ditadura gay" tomou proporção.

Para a fomentação do ódio, uma série de discursos LGBTfóbicos foram disseminados em meio aos Poderes Legislativo e Judiciário, nos últimos anos, principalmente entre os setores mais conservadores, compostos especialmente pelos políticos da bancada evangélica como Silas Malafaia e Marcos Feliciano, e da bancada da bala, como Jair Bolsonaro. A existência de conjunto muito bem delimitado de políticos conservadores deu origem ao termo BBB (boi, bala e bíblia), sigla que comporta os principais interessados na manutenção da cisheteronormatividade.

Estes discursos, de teor majoritariamente pejorativo, estão presentes em entrevistas, reuniões públicas e até mesmo documentos oficiais. Muito comumente, a diversidade sexual e de gênero é comparada à promiscuidade e à ilegalidade, mantendo a relação, entre ser LGBTQIA+ e a tríade pecado-doença-crime. Com isso, os discursos são utilizados como estratégia de coesão social, a partir do qual é gerado um pânico moral ao entorno das dissidências, e a própria comunidade passa a cobrar medidas conservadoras, a fim de garantir seus direitos sociais ditos ameaçados. Portanto, é possível concluir que as manobras políticas de abjeção das minorias não são realizadas ao acaso, mas projetadas enquanto estratégia biopolítica, e que os discursos políticos são há muito tempo utilizados como meio de propagação destes pensamentos.

E o resultado é uma realidade de escassez de políticas públicas, ao mesmo tempo em que nunca se discutiu tanto o tema na mídia como atualmente. A polarização entre os grupos conservadores, com grande apelo popular, e as minorias sexuais e de gênero, na tentativa de garantir direitos mínimos segue acontecendo e moldando os últimos acontecimentos políticos no Brasil e no Mundo.

De uma maneira geral, a análise permitiu a compreensão geral dos mecanismos sexopolíticos atuantes no Brasil na era de disputas políticas de 2018 a 2022, bem como o diagnóstico da inflamação do movimento acadêmico em prol da compreensão da verificada retroalimentação entre o discurso político e o conservadorismo das massas. Até o momento final da redação deste texto, novos enunciados já foram vinculados a estas e outras personalidades analisadas, o que evidencia a constante necessidade de uma análise histórica dos discursos políticos.

Referências

AGUIAR, C E S. Ativismo digital evangélico e contrassecularização na eleição de Jair Bolsonaro. *HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v.18, n.56, p.600-624, 2020. https://doi.org/10.5752/p.2175-5841.2020v18n56p600

BARBOSA, B. R. S. N.; MEDEIROS, R. A, de. Dos povos nativos ao surgimento dos movimentos sociais: influências dos discursos jurídicos, religiosos e médicos para a construção do conceito de homossexualidade no Brasil. *Revista de Direito Internacional*, v.15, n.3, p.266–289, 2018. DOI: https://doi.org/10.5102/rdi.v15i3.5727

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos feministas*, v.19, n.2, p.549–559, 2011. https://doi.org/10.1590/s0104-026x2011000200016

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*. Brasília:

Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/7743 Acesso em 04 mar. 2025.

BUTLER, J. *Problemas de gênero:* feminismo e subversão identidade. 21. Rio de janeiro: Imagem virtual, 288 p., 2003.

BUTLER, J. *Corpos que importam:* Os limites discursivos do "sexo". São Paulo: N-1 Edições, 2019.

CARRARA, S. Políticas e Direitos Sexuais no Brasil Contemporâneo. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.]*, v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2316. Acesso em: 4 mar. 2025.

DOMINGUES, J. M. Crise da república e possibilidades de futuro. *Ciência & Saúde Coletiva*, [*S.l.*], v. 22, n. 6, p.1747-1758, jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: https://www.ufrgs.br/obcomp/br/crise-da-republica-e-possibilidades-de-futuro-2017-1 Acesso em 04 mar. 2025.

FREIRE, P. *'Ideologia de gênero'* e a política de educação no brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo. ex æquo, n.º 37, 2018, pp. 33-46. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.37.03

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber.* 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GAMA, M. C. B. da. Cura Gay? Debates parlamentares sobre a (des) patologização da homossexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, v.31, p. 4-27, 2019.

JUNIOR, P. G. de S.; SOUZA, C. H. P. de. Evangélicos e conservadorismo – afinidades eletivas: as novas configurações da democracia no Brasil. *Horizonte*, v.18, n.57, p.1188-1225, 2020.

KATZ, J. N. *A invenção da heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Ed. Ediouro, 1996.

LEITE, V. "Em defesa das crianças e da família": Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos "conservadores" em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, v.32, p.119-142, 2019. https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a Disponível em: https://www.scielo.br/j/sess/a/Cc68BmV888KZbTkwjwr495M/abstract/?lang=pt acesso em 04 mar. 2025.

LONGHI, C. R; OLIVEIRA, I. S. Eleições 2018 no Brasil: análise das imagens no *Facebook* dos candidatos ao 2° turno. *Estud. mensaje period*, v.26, n.4. p.1455-1469, 2020.

LOURO, G. L. *O corpo educado:* pedagogias da sexualidade. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos feministas,* v.22, n.3, p.935-952, 2014. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013

MARANHÃO FILHO E. M. de A.; COELHO, F. M.; DIAS, T. B. "Fake news acima de tudo, fake news acima de todos": Bolsonaro e o "kit gay", "ideologia de gênero" e fim da "família tradicional". *Revista Correlatio*, v. 17, n.2, p.65-90, 2018. Doi:10.15603/1677-2644/correlatio.v17n2p65-90

MESQUITA, D T; PERUCCHI, J. Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. *Psicologia & Sociedade*, v.28, n.1, p.105-114, 2016.

MOREIRA, L E. "Confusão, indecisão e incerteza": enunciados de bissexualidade na jurisprudência. *Revista Estudos Feministas*, v.29, n.2, p.1-15, 2021. https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n255739

MOREIRA, M I C M *et al*. Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas. *Revista de Psicologia,* v.30, n.2, p.234-242, 2018. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5545

SANTOS, J B dos; COUTO, E. O papel das religiões enquanto instâncias reguladoras das sexualidades alternativas: caso da homofobia e violência. *Scientia Plena*, v.5, n.11, p.1-8, 2009.

PEREIRA, J R G; OLIVEIRA, R M de*;* COUTINHO, C S. Regulação do discurso de ódio: análise comparada em países do Sul Global. *Revista de Direito Internacional*, v.17, n.1, p.195-228, 2020. DOI: https://doi.org/10.5102/rdi.v17i1.6533 Disponível em: https://www.rdi.uniceub.br/rdi/article/view/6533 acesso em 04 mar.2025.

PERUCCHI, J. *"Mater semper certa est pater nunquan":* O discurso jurídico como dispositivo de produção de paternidades. 2008, 244f. Programa de pós-graduação em psicologia- Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91286 acesso em 04 mar. 2025.

PRECIADO, P B. *Manifesto contrassexual*: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

QUADROS, M P dos R; MADEIRA, R M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, v.24, n.3, p.486-522, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/op/a/fb7t4KkpVsJfvHwgLnf3wxS/abstract/?lang=pt acesso em 04 mar. 2025.

ROSA, E B do P R. *Cisheteronormatividade como instituição total*. petdefilosofiaufpr.wordpress.com v. 18, n. 2, p.59-103, 2020.

SACCHI, Â. GRAMKOW, M M. *Gênero e povos indígenas.* Museu do índio- FUNAI e GIZ, 272p., 2017. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/genero_povos_indigenas.pdf acesso em 04 mar. 2025.

SALES, A. L. L de F.; FONTES, F. F.; YASUI, S. Militância e ativismo no Brasil depois de Junho de 2013: entre repertórios, estratégias e Instituições. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 19, n. 45, p. 154-169, ago. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000200002&lng=pt&nrm=iso. acesso em 04 mar. 2025.

CABRAL SIERRA, J. Identidade e diversidade no contexto brasileiro: uma análise da parceria entre Estado e movimentos sociais LGBT de 2002 a 2015. *Anos 90, [S. l.]*, v. 26, p. 1–14, 2019. DOI: 10.22456/1983-201X.90616. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/90616. Acesso em: 4 mar. 2025.

SOUSA, T. S. Retificando o gênero ou ratificando a norma? *Revista Direito GV*, v. 15, n. 2, 2019, e1920. doi: http://dx.doi.org/10.1590/23176172201920.

VITALIA, M M *et. al.* "Homem é homem e mulher é mulher, o resto, sem-vergonhice": representações sociais da transexualidade sobre comentários da internet. *Saúde So*, v.28, n.4, p.243-254, 2019. DOI 10.1590/S0104-12902019170535